





MARIE-ELISABETH HANDMAN E JANINE MOSSUZ-LAVAU (DIRS.)

**LA PROSTITUTION À PARIS**

Paris, Éditions de La Martinière, 2005.

Dirigido pela antropóloga Marie-Elisabeth Handman e pela politóloga Janine Mossuz-Lavau, este livro é um trabalho de grande fôlego sobre um campo social controverso. Marcado por uma grande abertura teórica e política, em contra-corrente às teses abolicionistas e proibicionistas hoje dominantes na Europa e nos Estados Unidos, proporciona ao leitor uma análise compreensiva da prostituição, nos seus mais diversos modos de existência, e dos actores sociais nela envolvidos. O livro está relacionado com uma pesquisa solicitada pelo município de Paris ao Centre National de la Recherche Scientifique em 2002. Respondendo afirmativamente a este interesse por parte do poder político autárquico, a equipa de investigadores de diferentes áreas disciplinares, com destaque para a antropologia social, a sociologia e a ciência política, levou a cabo um longo trabalho de campo nos anos de 2002 a 2004, que deu origem a um texto com mais de quatro centenas de páginas dividido em três partes: (i) o contexto da actividade prostitucional (geográfica, jurídica, política e social), com textos de Handman, Emmanuel Redoutey, Catherine Deschamps e Johanne Vernier; (ii) a apresentação e reflexão sobre os testemunhos dos que vivem do comércio do sexo, com textos de Mossuz-Lavau, Maria Teixeira, Nasima Moujoud, Fiammetta Venner e Dolores Pourette; (iii) a discussão das questões que foram colocadas pelo trabalho de campo, nomeadamente as que se prendem com os clientes, com as violências presentes neste meio social, com a relação entre sexualidade e prostituição, com os estrangeiros que frequentam os *trottoirs* franceses, com textos de Moussuz-Lavau, Pourette, François Gil, Nasima Moujoud e Teixeira.

Como referem Handman e Mossuz-Lavau (p. 13), o objectivo era estudar a prostituição na sua realidade quotidiana, através dos seus protagonistas, prostituto(a)s e clientes. Como se poderá constatar, mesmo os menos familiarizados com o método etnográfico, também utilizado pelas correntes weberiana e interaccionista na sociologia, foi graças a ele que Handman, Mossuz-Lavau e restantes autores foram capa-

zes de proporcionar ao leitor uma visão de “dentro”, simultaneamente densa e minuciosa, deste intrincado e multifacetado campo social. Este “poder” da etnografia é precisamente destacado por Françoise Zonabend (*La Presqu’île au Nucléaire*, 1989), quando lembra as possibilidades da observação participante no escrutínio das emoções, do imaginário e doutros aspectos de que a vida quotidiana também é feita e que normalmente escapam à inquirição dita objectiva. Esta estratégia metodológica, especialmente visível nas entrevistas realizadas e no modo como foram utilizadas na segunda parte do livro – “Les prostituées, femmes, hommes et transgenres, par eux-mêmes” –, facilitou, assim, aos autores e, por seu intermédio, a nós, os leitores, uma aproximação àquilo que Pierre Bourdieu (“Comprendre” em *La Misère du Monde*, 1993: 1388-1447), na esteira de Max Weber [*Economía y Sociedad: Esbozo de Sociología Comprensiva*, 1993 (1922)], nos propõe: colocarmo-nos, em pensamento, no lugar dos outros observados. Mas não só. Como aconteceu connosco (ver Manuela Ribeiro *et al.*, *Prostituição Feminina em Regiões de Fronteira: Actores, Estruturas e Processos*, 2005; e Manuela Ribeiro *et al.*, *Prostituição Abrigada em Clubes: Práticas, Riscos e Saúde*, 2005), o trabalho de campo etnográfico permite a quem o coloca em prática interrogar os seus próprios pressupostos, pontos de vista e quadros teóricos. Ou seja, rasgar uma brecha intelectual através da qual se acede a novos olhares e posições teóricas e políticas. Como justamente salientam Handman e Mossuz-Lavau (p. 15), a imersão no campo da prostituição em Paris tornou difícil a sua aquiescência face a algumas posições de censura formuladas nomeadamente por certos políticos e algumas feministas que, não raro, jamais procuraram ouvir os actores sociais envolvidos no sexo mercantil.

O leitor é confrontado, desde as primeiras páginas, com elementos etnográficos e argumentos que nos permitem descobrir a profunda humanidade de todos os que estão envolvidos no comércio do sexo. De origens e trajectos de vida muito diversificados, estamos perante seres humanos que lutam todos os dias pela vida e pela felicidade, manobrando em seu proveito os recursos, muito desiguais, de que dispõem para aumentarem os seus rendimentos e melhorar a sua posição social. Para os trazer até nós, o livro leva-nos não só aos terrenos já habituais como

aos mais vulgares e inesperados: a prostituição nos *foyers* de alojamento dos trabalhadores emigrantes em Paris, na maioria praticada por mulheres magrebinas; a prostituição nos bares dos bairros pobres; a prostituição através da *Internet*; a prostituição masculina, nomeadamente para mulheres heterossexuais; a prostituição de rua, realizada em lugares bem conhecidos, como os bosques de Bolonha e de Vincennes. Apesar das enormes diferenças em termos de actores e práticas, estes espaços têm de ser examinados no quadro daquilo que Radoutey (p. 87) designa por globalização do comércio do sexo. Tal permite compreender, por exemplo, os conflitos que opõem as “tradicionalistas”, quase sempre mulheres mais velhas de nacionalidade francesa, às jovens provenientes do leste da Europa e do continente africano, em torno dos preços cobrados pelos serviços prestados. Como salientam Mossuz-Lavau e Teixeira (pp. 189-192), a venda de prazer sexual a baixo preço, por parte das mulheres estrangeiras, perturbou as relações sociais entre as prostitutas, degradando os seus laços de solidariedade. Sem que isso, note-se, tenha impedido a organização de acções colectivas de protesto contra medidas políticas que consideram lesivas dos seus interesses. É o caso da luta contra a Lei para a Segurança Interior (LSI), mais conhecida por lei Sarkozy, aprovada em Março de 2003. Como justamente refere Vernier (pp. 121-124), ao permitir a perseguição de qualquer pessoa que se prostitui na via pública a LSI coloca a França numa posição de facto proibicionista. Os protestos das profissionais do sexo e das suas associações representativas (pp. 91-119) não deixam de exprimir, assim, uma certa e parcial coesão que releva da partilha de interesses e de práticas de vida comuns, capaz de superar as origens, as motivações e os trajectos muito variados dos que vivem deste tipo de actividade e, não menos importante, o estigma que sobre eles recai.

A grande diversidade de práticas de sexo mercantil, bem como de pessoas envolvidas, como escreve Pourette (p. 263), permite levar o debate sobre a prostituição para fora dos campos estritos do género ou da moral, abrindo-o nomeadamente ao campo do trabalho e do comércio, como faz Bourdieu (*A Dominação Masculina*, 1999). Aqui há que realçar o contributo de Gil (p. 348) quando, numa das passagens mais

interessantes do seu capítulo sobre sexualidade e prostituição, critica a ideia da “venda do corpo”, tão cara aos abolicionistas, considerando que ela constitui não só uma aberração do ponto de vista do sentido mas igualmente uma forma insidiosa de desclassificação dos indivíduos que vivem do comércio do sexo, ao desapossá-los da sua integridade física e do direito à utilização social do corpo. Por outro lado, como nós também defendemos (ver Manuela Ribeiro *et al.*, *Prostituição Feminina em Regiões de Fronteira: Actores, Estruturas e Processos*, 2005), Gil (pp. 348-353) argumenta que a relação entre quem se prostitui e o cliente não se resume ao acto sexual propriamente dito, antes envolvendo palavras, olhares, gestos e, obviamente, afectos, tornando assim manifesto que o campo da prostituição é também muito complexo do ponto de vista do uso do corpo e das emoções.

O livro fecha com um longo texto conclusivo, no qual Handman e Mossuz-Lavau tomam partido e sugerem um conjunto de medidas para melhorar a situação social de todos aqueles que se dedicam ao trabalho sexual. Neste sentido, é importante sublinhar que as autoras, considerando que a questão já não é mais “acceptons-nous la prostitution?” mas sim “quelle prostitution acceptons-nous?” (p. 397), defendem que o trabalho prostitucional, desde que livremente escolhido – ainda que os constrangimentos económicos e outros, como acontece com a escolha de qualquer outra profissão, estejam presentes e não possam ser ignorados –, deve ser reconhecido como tal, não apenas pelas instâncias públicas mas também pelos próprios actores que vivem dele (p. 404). Em lugar dos discursos ora regenerador, ora censurador, uns e outros profundamente moralizantes, também presentes em outros campos sociais “exóticos” (ver Loïc Wacquant, *Corpo e Alma: Notas Etnográficas de um Aprendiz de Boxe*, 2002), as autoras preferiram discutir o lugar da prostituição nas sociedades contemporâneas fora dos quadros muito fechados que vêem nesta actividade uma forma severa de dominação masculina – desprezando o facto de nela estarem também homens e transgéneros como prestadores de serviços sexuais, por um lado, e mulheres consumidoras, por outro lado – e uma ausência praticamente extrema de capacidade de agência por parte das mulheres.

Trata-se, pois, de um livro interpelador e surpreendente. Sendo capaz de responder ao

objectivo proposto por Handman e Mossuz-Lavau – a elucidação, ainda que parcial e inacabada, deste campo social, mal conhecido e estigmatizado – os cidadãos interessados nesta temática, sobretudo os comprometidos com uma agenda política e social emancipatória equipada também duma política inclusiva para o trabalho sexual e para os actores sociais nele envolvidos, encontrarão neste texto uma etnografia bem elaborada e uma argumentação sólida e coerente que justificarão plenamente o tempo despendido com a sua leitura.

Fernando Bessa Ribeiro

Departamento de Economia e Sociologia  
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

---

MARIA CARDEIRA DA SILVA (ORG.)  
**OUTROS TRÓPICOS. NOVOS DESTINOS  
TURÍSTICOS. NOVOS TERRENOS  
DA ANTROPOLOGIA**  
Lisboa, Livros Horizonte, 2004.

Este não é um livro de viagens, apesar de repleto de lugares daqui e dali, nem sobre uma disciplina, embora a problematize em permanência. *Outros Trópicos* pode ser lido como uma espécie de breviário das relações entre duas matérias. Turismo e antropologia são pares ao longo das suas 180 páginas. Maria Cardeira da Silva, coordenadora da edição, anuncia-o na primeira linha: “[e]ste é um livro acerca do turismo e da antropologia” (p. 7).

O volume, que colige algumas das comunicações do painel *Turismo, Mobilidades e Consumo de Lugares* do congresso *Novos Terrenos da Antropologia*, decorrido em 1999, às quais se somam outros textos resultantes de encontros nos corredores da academia, possibilita uma imagem, ao mesmo tempo, retratual e panorâmica, das interações – que geram, muitas vezes, efeitos de contraste, homologia e, até certo ponto, ampliação – entre os dois tópicos. Fá-lo, sem subtrair complexidade, numa dúzia de textos curtos, gizados rês ao lugar, espaço da coexistência de experiências turísticas e etnográficas. Porque nele, a relação proposta só equivocadamente poderá ser binária, uma vez que convoca pelo me-

nos três protagonistas: etnógrafo, turista e sociedade receptora.

Se o título *Outros Trópicos* metaforiza genericamente a actual proliferação de heterotopias (cf. Michel Foucault, “Des Espaces Autres” em Daniel Defert e François Ewald (orgs.), *Michel Foucault, Dits et Écrits, 1954-1988* [Tome IV: 1980-1988], 1994 : 752-762) – conceito aqui utilizado no sentido literal e abrangente, sobrepondo-se ao de espaços de alteridade –, a florescência do seu mercado, a animação dos tráfegos que sincronicamente as exploram e potenciam, o subtítulo *Novos Destinos Turísticos, Novos Terrenos da Antropologia* equaciona dinâmicas e justaposições *in situ* que diversamente os doze capítulos recobrem.

À medida que se avança no volume, experimenta-se a matriz multiforme e mesclada do turismo (de pendor variavelmente étnico, patrimonial, recreativo, excursionista, sexual, terapêutico, natural, gastronómico, ou misto, combinando vários destes elementos) passível de uma *analysis situs* etnográfica, aqui menos interessada na viagem que nos encontros (e processos sociais deles resultantes) que ocorrem nos locais receptores de turistas. Não que se esqueçam os trânsitos – *e.g.*, chegam a e partem de Alte (Loulé, Algarve) autocarros com turistas americanos de terceira idade (p. 24) como chegam aos e partem dos Caminhos de Pedra (Rio Grande do Sul, Brasil) ônibus do Rio de Janeiro e de São Paulo com turistas indiferenciados (p. 125) – tão-pouco os próprios transeuntes – *e.g.*, Mohammed Berriane sociografa o perfil dos veraneantes marroquinos (p. 55) –, mas o que o olhar antropológico visa apreender são, sobretudo, os princípios estruturantes e os mecanismos de construção (compreendendo movimentos de desconstrução e reconstrução) identitária dos lugares de consumo turístico. Leia-se Maria Cardeira da Silva no texto que abre e apresenta a antologia: “[o] que para mim é estimulante no turismo, é tomar os seus terrenos como campos laboratoriais estrategicamente interessantes para a antropologia onde ela deve, e pode, afirmar a sua especificidade, recorrendo, justamente, a uma delimitação artificial de um lugar (que não é empreendido por ela: “os lugares turísticos”) e que pode explorar com um *know how* específico de atribuição de voz ao local e de enquadramento mais vasto no seu quadro de produção social” (p. 11).

Dotados de grande ressonância de vozes locais e supralocais, os textos fazem coabitar elementos estatísticos e projecções numéricas — *e.g.*, taxa de crescimento anual do turismo segundo a Organização Mundial do Turismo (p. 34) —, quadros normativos de governança internacional — *e.g.*, Declaração de Berlim sobre “Biodiversidade e Turismo” (p. 35) —, relatos de viajantes — *e.g.*, *Vivendo Volando: um Uomo, gli Affari, le Donne, il Sesso*, de Claudio Mattioli Ross (pp. 108-109) —, depoimentos de autóctones — *e.g.*, António Carneiro, presidente da Associação de Melhoramentos, Festas e Feiras de Podence (Macedo de Cavaleiros, Trás-os-Montes) (pp. 144 e 147) —, sendo irreduzíveis e insubordinados a uma única perspectiva.

Esmiuçadas pela microscopia antropológica, as modalidades turísticas adquirem a sua máxima variabilidade: ora encontros comensais em Alte (pp. 24-26), ora visitas museológicas em Mértola (Alentejo) (p. 39), ora excursos entre N’toko Wu N’siala (Cabinda, Angola) e o Rio Ditsi (pp. 45-49), ora deslocações e estadas balneares dos núcleos familiares marroquinos (pp. 54-68), ora passeios populares no espaço público à beira da represa de Nova Ponte (Minas Gerais, Brasil) (pp. 73-77), ora visitas aos salões de massagem (p. 106) e a sessões de *peep-shows* (p. 107) e *tours* sexuais em Pattaya, *resort* perto de Banguecoque (Tailândia) (p. 106), ou nos bordéis de Ocho Ríos (Jamaica) e Acapulco (México) (p. 108) ou nos prostíbulos de Fortaleza (Ceará, Brasil) (p. 109), ora digressões entre o património arquitectónico reabilitado e “italianizado” dos Caminhos de Pedra (pp. 125-126) e de Serafina Correia (Rio Grande do Sul, Brasil) (pp. 131-133), ora fruição duma expressão performativa da cultura popular de Podence, os caretos (pp. 140-149), ora usufruto sazonal de casas de férias por estrangeiros e “alfacinhas” no perímetro contíguo mas exterior à aldeia de Santa Margarida da Serra (Grândola, Alentejo) (p. 157) e hospedagem permanente de estrangeiros nos montes vizinhos (pp. 157-159), ora internamento terapêutico e tratamento termal (p. 162), ora jornada monumental e natural em Sintra e prova gastronómica de queijadas (pp. 172-178).

Para a compreensão destes e doutros casos, manuseiam-se instrumentos analíticos nada marmóreos e invariáveis, antes dialógicos e processuais, como os de “encenação turística do local”

de Dean MacCannell (p. 21), “etnicidade reconstruída” de Mike Robison (p. 36), “ficção da identidade” de Marc Augé (p. 127) e “culturas híbridas” de Néstor Canclini (p. 143), abastecendo valia compreensiva a concepções avulsas (como cultura) ou contrárias (como tradição *versus* modernidade, localização *versus* globalização, dentro *versus* fora, hospedeiro *versus* visitante, autenticidade *versus* encenação, integridade *versus* contaminação).

Serão desiguais os capítulos (contribuindo para isso inclusive a edição sem conversão ortográfica dos textos originalmente escritos em português do Brasil), sem arrumação sensível na colectânea, mas juntos dão bem a medida da diversidade de perspectivas em presença no subcampo disciplinar da antropologia do turismo e suas interfaces com outras problemáticas sociais, desde (talvez as mais comuns) as da cultura, das identidades, das classes sociais, do género até (talvez as mais exóticas) às das políticas de desenvolvimento local, do *empowerment* e da participação pública. Nisto reside a unidade subterrânea da obra.

Remato, dizendo que alguns dos eixos temáticos se encontram notavelmente ilustrados pela colectânea de fotografias (da autoria de Maria Cardeira da Silva) na capa e contra-capas do livro. Não são de somenos, uma vez que a visualidade amplia a percepção da sociodiversidade do fenómeno turístico e, desta forma, auxilia sobremaneira a leitura do livro.

Ana Gonçalves  
ISCTE

---

FRANCISCO ONETO NUNES

**A ARTE XÁVEGA NA PRAIA DA VIEIRA.**

**HISTÓRIAS E IMAGENS**

Vieira de Leiria, Junta de Freguesia de Vieira de Leiria, 2004.

Este livro de Francisco Oneto Nunes é como que um voo de baixa altitude sobre a Praia da Vieira, que nos possibilita ver, simultaneamente, detalhes e momentos pretéritos (as fotografias que os fixaram) e o seu enquadramento num todo maior (os textos que agora as situam). Isto, atra-

vés duma janela temporal que à cronologia e à sucessão dos factos sobrepõe a percepção do *devenir* da arte xávega.

Em 1993, Francisco Oneto Nunes publicava uma extensa monografia de Vieira de Leiria (*Vieira de Leiria, a História, o Trabalho, a Cultura*). A praia não era o seu objecto central, no entanto a arte xávega e as suas gentes assumiam posições que, no texto, denunciavam o interesse do autor agora evidenciado neste volume de grande beleza estética e síntese rigorosa.

O autor sugere quatro momentos para uma leitura histórica da Praia da Vieira e da arte: “Antecedentes”, a colonização dos areais da praia que não terá começado muito antes dos finais do século XVIII (pp. 19-35); “O Tempo dos Senhorios”, a lógica capitalista que concentrava a propriedade das companhias nas mãos de alguns senhorios e reproduzia a pobreza (pp. 36-53); “O Tempo das Sociedades”, o corporativismo do Estado Novo e a distribuição do risco económico por um colectivo de sócios (pp. 54-153); “O Tempo da Resistência”, a progressiva desintegração das grandes companhias e a persistência de alguns homens no uso da arte (pp. 154-163).

As fotografias de Vergílio Guerra Pedrosa, advogado, pedagogo e fotógrafo amador vieirense nascido em 1895, ilustram o tempo dos senhorios que o autor situa, sensivelmente, no período que se estende de 1880 a 1940. Nesta época, à semelhança de outras povoações piscatórias, a Praia da Vieira vê o seu contingente crescer rapidamente graças aos movimentos migratórios dos mais pobres que fugiam de lugares onde não tinham nem habitação nem trabalho para outros onde a posse da terra era desconhecida ou incerta e a exploração dos recursos era *livre*, i.e. os areais e o mar, respectivamente. Contudo, é também neste período que se dá “(...) o apogeu do capitalismo na indústria da pesca e a concomitante proletarização da população vieirense. (...) [Desenhando-se], assim, os contornos dos insidiosos mecanismos produtores de pobreza que estão na origem da criação de um verdadeiro exército de reserva capaz de encher os bolsos a alguns particulares temporariamente bem sucedidos (...) e pagar impostos ao Estado (...)” (p. 38).

Dora Landau, professora de língua e literatura alemãs nascida em Viena em 1898 e refugiada em Portugal a partir de 1934, fixou os mo-

mentos que nos permitem visualizar o tempo das sociedades. São fotografias de inegável beleza estética e valor etnográfico que contribuem para o conhecimento de “(...) uma nova fase ao nível da organização do trabalho [arte xávega], no que se afigura como um notável testemunho sociológico da plasticidade adaptativa das companhias de pesca e das relações laborais que as constituem (...)” (p. 58), bem como doutras actividades de que se ocupavam as gentes da praia. São fotografias que nos mostram também as duas últimas grandes companhias da praia, a alvorada do turismo e a ocupação gradual das dunas com construções mais resistentes às condições naturais adversas que há muito se procuravam controlar (cf. pp. 20-35). As fotografias de Dora Landau constituem o núcleo do conjunto reunido por Francisco O. Nunes. Parafraseando o autor do texto, são testemunho “(...) [dum] modo de vida moldado pelo mar, pelas dunas e pelos pinhais (...)” (p. 12).

O tempo da resistência é ilustrado com fotografias do próprio Francisco O. Nunes, de Ana Cláudia Filipe e do Arquivo da Câmara Municipal da Marinha Grande. Falam-nos de um tempo contemporâneo (a partir de 1980), para o qual concorrem, simultaneamente, directivas estatais que dificultam enormemente a pesca artesanal, a escassez de peixe e onde “(...) pequenos barquitos das companhias da Praia da Vieira, com uma tripulação de apenas três homens, teimam ainda em enfrentar as ondas e, assim, safra após safra, vão resistindo à morte anunciada da arte xávega, mantendo viva nesta terra uma tradição haliêutica com cerca de dois séculos” (p. 159). Afinal, e ainda nas palavras de Francisco O. Nunes, “(...) a atracção e o fascínio pelo mar e pela pesca ultrapassam largamente a esfera das necessidades básicas da sobrevivência, ainda que nelas mergulhem dura e dolorosamente as suas raízes” (p. 16).

O uso da fotografia em ciências sociais traz consigo questões que, não sendo objecto procurado por Francisco Oneto para este seu livro, merecem aqui alguma reflexão. Assim, se podemos reconhecer validade histórica, etnográfica, documental e até estética às fotos seleccionadas para esta obra, não podemos deixar de questionar os atributos para essa mesma validação e/ou, por outro lado e porventura, encontrar outros textos que contribuam para este mesmo objectivo.

A já referida monografia de Francisco Oneto sobre Vieira de Leiria (cap. VI, em particular) será o texto escrito no qual podemos encontrar outras “legendas” para os instantâneos do livro em recensão. Legendas essas que contribuem significativamente para uma reconsideração do uso da fotografia enquanto documento cultural. É bom recordar que esta última obra de Francisco Oneto, em jeito de álbum fotográfico, é rara na antropologia portuguesa. Ao olhar do fotógrafo – que cristaliza, objectifica e isola um momento; ao olhar do leitor – que centrado no momento “esquece” a vastidão daquilo ficou fora do enquadramento, justapõe-se um outro texto que, simultaneamente, amplia e abre o que o fotógrafo quis retratar. Deste modo, podemos acrescentar à classificação de, por exemplo, Sarah Pink para os elementos intervenientes no momento fotografado – a subjectividade do fotógrafo; a câmara; o fotografado (cf. Pink “Excursiones Socio-visuales en el Mundo del Toreo”, em García Alonso *et al.* (eds.), *Antropología de los Sentidos*, 1996: 125-138) – este outro, o enquadramento, a reflexão proposta ao leitor por um autor que não o das fotografias. Será neste cruzamento de olhares, nesta sobreposição de textos que mais facilmente poderemos encontrar justificação para o uso da fotografia enquanto forma de representação / tradução / interpretação cultural. Dito doutro modo, se, por um lado, há muito sabemos que a fixação de um momento num instantâneo fotográfico diz quase sempre mais sobre o fotógrafo do que sobre o fotografado e que a sua neutralidade é só aparente, por outro, também há muito sabemos que a justaposição de diferentes métodos de tradução cultural (para a fotografia, o texto escrito em especial, ainda que também ele sempre reflexivo e não neutro) é a melhor resposta aos problemas colocados pela não neutralidade do olhar. Principalmente, porque esta justaposição permite ao leitor diferentes formas de incursão, logo diferentes perspectivas e abordagens, na representação de dada realidade.

Contudo, na leitura de um livro como este carregado de fotografias sobre um tempo passado, a fruição estética e até o espanto parecem sobrepor-se a qualquer outra tentativa de abordagem. Não somente por causa da eventual qualidade técnica e estética das fotografias, mas também como resultado da inevitável comparação

entre o como imaginamos ou conhecemos a ocupação daquele espaço hoje e o como ele (a) parece ocupado tão diferentemente nas fotografias. Se o preto e branco das mesmas contribui para esta comparação (outro elemento que podemos acrescentar à classificação de S. Pink, a técnica aplicada na fotografia), muito do que nelas figura – a indumentária dos sujeitos retratados, as casas, as ruas, etc. – remete-nos imediatamente para um outro tempo. Tempo esse que parece ser, afinal, o objecto deste livro de Francisco Oneto. As fotografias de Dora Landau, Vergílio G. Pedroso e outros parecem ser mais o motivo desta obra do que o seu objecto. Afinal, o subtítulo da obra é “História e Imagens...”.

*Paulo Mendes*

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro  
Miranda do Douro

---

JOSÉ MACHADO PAIS, JOAQUIM PAIS DE BRITO  
E MÁRIO VIEIRA DE CARVALHO (COORDS.)  
**SONORIDADES LUSO-AFRO-BRASILEIRAS**  
Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2005

Resultado de um esforço de escuta transdisciplinar que passou pela cooperação entre diferentes e diversas instituições, o volume *Sonoridades Luso-Afro-Brasileiras* é uma obra polifónica interpretada por vinte executantes convidados a participar no colóquio internacional com o título homónimo organizado pelo ICS em 2003. Na Introdução ao livro, José Machado Pais desvela ao leitor alguns dos episódios que estiveram na origem desta iniciativa, que contou com a colaboração de instituições como o Chapatô, o Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (CESEM) e o Museu de Etnologia. O referido colóquio “teve um principal objectivo: o de promover a produção de novos conhecimentos sobre os entrecruzamentos e redes de influências musicais no espaço luso-afro-brasileiro” (p. 17).

Machado Pais introduz as várias contribuições de uma forma que muito ajuda o leitor a situar e a seleccionar leituras em função dos seus interesses e curiosidade. O leitor é convidado a



empreender uma viagem no tempo e no espaço que o próprio alinhamento dos artigos procura, embora só até certo ponto, respeitar. Temporalmente esta viagem começa em Abril de 1500, data a que somos conduzidos por Régis Duprat, que faz uma análise das representações e descrições das sonoridades na Carta de Pêro Vaz de Caminha e reflecte sobre o papel dos Jesuítas na efectivação do “sincretismo etno-musical” que a “condição colonizadora exigirá” (p. 34). No final do volume, a viagem termina com a apresentação de uma ferramenta informática desenvolvida no CESEM, que permite a investigação em rede por parte de cientistas e especialistas interessados nos estudos musicais situados dentro do “espaço lusófono” (p. 337). Esta derradeira contribuição de Mário Vieira de Carvalho revela-se afinal um falso cais de chegada, já que, como é sublinhado na introdução, abre “um enorme portão à investigação das auto-estradas da informação que se encontram disponíveis na internet” (p. 26).

Há poucas marcas editoriais na organização dos capítulos. A organização sequencial das contribuições tende ora a agrupar estudos sobre um mesmo contexto – como no conjunto inicial de textos sobre o Brasil ou na série de três contribuições sobre a cultura e as práticas musicais caipiras – ora a reunir investigações pela filiação disciplinar dos seus autores – como no caso das quatro contribuições da área da antropologia apresentadas sequencialmente na parte final do volume. A pluralidade disciplinar, de pontos de vista, de escalas de análise e de metodologias torna bastante complexa a tarefa de situar com a devida amplitude todos os contributos que a obra inclui. Aqui ficam algumas notas de leitura que, por razões de espaço, não abrangem todos os artigos.

O Brasil é o território mais ouvido, percorrido e analisado ao longo do livro: dez das dezanove contribuições dizem respeito ao país das danças da umbigada e do samba; a “cultura caipira”, em particular, com a sua linguagem, práticas musicais e instrumentos (a viola caipira) constitui um núcleo importante, com três artigos. Os primeiros capítulos do livro transportam o leitor para o período colonial e pré-colonial brasileiro: à já referida contribuição de Régis Duprat (“Sonoridades Luso-Brasileiras na Carta de Caminha: A Visão do Paraíso e o Triunfo do

Inferno”) segue-se uma série de três estudos sobre a vida e a obra de três compositores. Rubens Ricciardi traça uma biografia do compositor de Minas Gerais Florêncio José Ferreira Coutinho (ca. 1749-1819) e faz uma análise da sua composição *Sexta-Feira Maior*. Diósnio Machado Neto faz uma análise do esquema harmónico da *Ladainha de Nossa Senhora* do compositor Faustino Xavier do Prado (1708-1800), cuja biografia é também exposta. António Jorge Marques analisa o esquecimento e perda a que parece ter sido votada a obra do importante compositor português Marcos Portugal (1762-1830), que viajou para o Brasil em 1811 para se juntar à corte por exigência de D. João e acabou por aí permanecer até à sua morte, não acompanhando o regresso da corte a Portugal. O autor interroga as razões que terão levado o rei no exílio a chamar o seu compositor favorito, bem como as que terão levado Marcos a permanecer em terras do Brasil após 1822. Estes contributos de musicologia histórica ajudam a perceber as influências e os “tráficos culturais” estabelecidos entre os dois lados do atlântico no domínio da música erudita, e de modo especial da música sacra, ao longo deste período (há um volume inteiramente dedicado a este assunto – *A Música no Brasil Colonial*, coordenado por Rui Vieira Nery, publicado pela Fundação Calouste Gulbenkian em 2001).

Saindo do domínio mais especializado do estudo biográfico, mas mantendo-se no mesmo registo da investigação histórica no domínio musicológico, as contribuições de Maria Alice Volpe (“Representações Musicais do IV Centenário do Descobrimento do Brasil”) e Salloma Salomão Jovino da Silva (“Marimbas de Debret: Presença Musical Africana na Iconografia Musical Oitocentista”) interrogam, a partir de diferentes perspectivas, o estatuto da música e das sonoridades enquanto formas de representação cultural. Os dilemas sobre as escolhas das obras e dos géneros musicais que deveriam integrar as comemorações do IV Centenário do Descobrimento do Brasil são o tema do texto de Maria Alice Volpe. A análise das obras encomendadas e programadas no âmbito das comemorações dão a perceber como a música e os géneros musicais veiculam narrativas e representações (divergentes) da identidade nacional brasileira “que se articulam no bojo de uma nova era política brasileira instalada pelo regime republicano” (p. 98).

Salloma Salomão parte de um *corpus* de iconografia brasileira oitocentista e interroga essas imagens, destacando nelas as representações das manifestações musicais africanas. Fazendo uma análise reflexiva e crítica sobre o material iconográfico em que se apoia, o autor chama a atenção para as relações étnicas no Brasil colonial, que se escondem por detrás das imagens (e dos discursos) sobre o negro no Brasil escravagista, frequentemente representado a tocar ou a transportar uma marimba. Esta estratégia de desocultação, como se depreende no final do texto, articula-se com a intenção política de repensar as representações culturais da cultura africana no Brasil (pós-colonial) contemporâneo. (cf. p. 132).

Elisabeth Travassos (“Por uma Cartografia Ampliada das Danças da Umbigada”) faz uma acutilante reflexão em torno desta dança, centrando-se, de modo particular, na desconstrução do discurso sexualizado e racializado que domina grande parte das observações e interpretações sobre esta prática. A autora chama a atenção para as dificuldades e incapacidades que o olhar erotizante sobre a umbigada tem para dar conta dos seus múltiplos sentidos e apropriações num arco temporal e geográfico alargado. É um contributo onde se cruzam a investigação histórica, etnomusicológica e antropológica, num exercício de desocultação e desessencialização desta dança afro-brasileira (vejam-se particularmente as pp. 228-229) e onde, de forma quase solitária no conjunto do volume, se levantam questões teóricas relativas aos pressupostos culturalistas e difusionistas de muitos estudos etnomusicais: “(...) as idéias de permanência e continuidade de traços culturais passaram a despertar suspeita entre antropólogos, cuja atenção se desviou para estruturas, teias de significados, sistemas cognitivos, *ethos* e visões do mundo. As vertentes teóricas cristalizadas em torno desses conceitos desautorizaram a idéia de reconstituir deslocamentos no espaço de determinadas formas culturais. Efectivamente, não é essa busca que me interessa, e sim o mapeamento dos contextos em que a umbigada e outras (supostas) pantominas sexuais foram incorporadas às narrativas científicas e históricas sobre as relações entre África, Europa e Brasil, sobre os negros no continente americano, sobre música e dança brasileiras” (p. 234). Estas observações podem ser

lidas como um contraponto a algumas contribuições mais marcadas por aqueles pressupostos culturalistas e difusionistas, como é o caso (mais evidente) do artigo de António Germano Lima “O Landu: do Brasil à Ilha da Boavista, ou Símbolo de um Diálogo de Culturas”.

Emblema sonoro por excelência do Brasil, “o samba (...) surge sob o signo do dinheiro, da tecnologia e do mercado, no começo da formação de uma sociedade urbano industrial e de uma incipiente indústria cultural que começa a se constituir com a gravação de discos e, a partir de 1923, com o desenvolvimento da rádio” (p. 292). Partindo desta hipótese, Ruben Oliven (“O Imaginário na Música Popular Brasileira”) desenvolve uma análise de conteúdo de um conjunto de letras de sambas dos anos 30 e 40, mostrando como os temas do “trabalho, mulheres e dinheiro” constituem preocupações centrais expressas pelos sambistas num período que se estende até aos anos 50, época em que “a urbanização aumentou, a industrialização ganhou ímpeto, começando a se disseminar o trabalho assalariado” (p. 292). Uma interessante análise que mostra como uma prática musical pode funcionar como revelador de processos amplos de transformação e mudança social num contexto onde as indústrias culturais, hoje pilares importantes da economia brasileira, deram início a um processo acentuado de mercantilização de determinadas práticas musicais. Como é visível noutras contribuições, os meios de comunicação de massa (cinema, rádio e televisão), a indústria discográfica e de espectáculos introduzirão importantes transformações nas formas de produção, distribuição e consumo de certos géneros musicais. É assim que João Soeiro de Carvalho (“Makwayela: Um Enunciado Sonoro da Experiência Social no Sul de Moçambique”) traça as influências que os espectáculos de origem norte-americana conhecidos como *minstrels* e as coreografias de Fred Astair e Ginger Rogers tiveram em certos géneros musicais e coreográficos da África do Sul e do Sul de Moçambique (ver pp. 146-147). Descrevendo um processo inverso, José Ramos Tinhorão surpreende e documenta a entrada da “dança do rasga” (baseada num ritmo executado com um instrumento – o canzá – usado pelos negros em Portugal no século XIX) no “repertório” de cantores-actores do género cómico do teatro musicado (...) passando a figu-

rar como números de apresentação individual” (p. 266) e a ser objecto de edições discográficas nos inícios do século em Portugal e no Brasil.

Neste complexo jogo de entrecruzamentos e redes de influências musicais, é o leitor a ser surpreendido com a contribuição de Ruy Llera Blanes (“Em Nome da Interdenominacionalidade – Ligações Transnacionais e ‘Novas’ Práticas Musicais entre os ciganos evangélicos portugueses”) através do surgimento de um “mediador inesperado: o cigano” (p. 372). Ao estudar o papel da criação e consumo da música no contexto da prática religiosa evangélica cigana (um movimento transnacional com implantação em Portugal e ligações ao Brasil e aos EUA), o autor chama a atenção para a existência de um “tráfego cultural e musical não hegemónico” especialmente activo dentro do espaço luso-brasileiro, que contraria os “clichés” acerca da “autenticidade” e “ausências de interferências externas” na música cigana (p. 374).

Enquanto que as sonoridades escutadas por Blanes nas igrejas evangélicas da periferia norte de Lisboa permanecem largamente invisíveis e fora dos circuitos comerciais oficiais, os *rappers* que Teresa Fradique acompanhou, embora associados também às margens da cidade, são produtores de um discurso sonoro que tem visibilidade pública e entrou no *main stream* cultural português. Com o título “Escalas de Prática e de Representação: A Música Rap Enquanto Projecto de Imaginação Espacial” esta contribuição explora os efeitos de conhecimento (questão do foro epistemológico) que resultam da variação de escala de análise enquanto estratégia de construção (política) do terreno (questão do foro metodológico).

Num registo que privilegia a análise discursiva, mas, simultaneamente, propõe uma interpretação para o estranhamento que o fado é susceptível de induzir nos ouvintes, Joaquim Pais de Brito (“A Escuta e as Ressonâncias da Alteridade”) ausculta as “ressonâncias da alteridade” na história dos discursos sobre a “canção nacional”, a começar pelas especulações acerca da sua origem. Uma linha de continuidade parece ligar as reflexões deste autor a propósito do fado com as de Elisabete Travassos a propósito da umbigada ou ainda as de Salloma Salomão, a saber, a preocupação de situar e desocultar o que nestas práticas discursivas é sobretudo resulta-

do do olhar, da época e das intenções com que são produzidas. No final do texto surge uma frase/hipótese que em grande medida resume as preocupações latentes em todo o volume: “a música será uma das matérias que mais subvertem e redesenham as incertas fronteiras das identidades” (p. 333).

Algumas considerações finais: enquanto que disciplinas como a musicologia ou a etnomusicologia, por dever de ofício, mantiveram sempre os ouvidos bem abertos, a maioria das ciências sociais parece ter optado por mantê-los fechados, relegando o papel da música e, mais lentamente, das sonoridades, para uma posição marginal, residual, ou pouco importante enquanto variável de análise (veja-se a este respeito o texto de Carlos Fortuna “Paisagens Sonoras/Sonoridades e Ambientes Sociais Urbanos” publicado em 1999 na sua obra *Identidades, Percursos, Paisagens Culturais*. Oeiras, Celta). Todavia, há sinais de que a surdez que tradicionalmente afectou as ciências sociais parece estar a melhorar a olhos vistos. Esta obra é disso testemunho. (Não posso ainda deixar de registar que um volume como este muito ganharia em ser acompanhado por um registo sonoro – um CD – que transportasse o leitor ao universo das sonoridades aqui analisadas).

Filipe Reis  
ISCTE  
CEAS

DANIEL MELO  
**A LEITURA PÚBLICA NO PORTUGAL  
CONTEMPORÂNEO (1926-1987)**

Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2004.

É talvez pelo problema da leitura, ou melhor, pelo problema da alfabetização, que passam os maiores desafios hoje colocados a todos os tipos de estudos culturais contemporâneos, e nomeadamente à história cultural clássica propriamente dita. Esta referência específica à história cultural não se deve a qualquer tipo de privilégio que lhe seja devido: pelo contrário, a disciplina que mais contribuiu para a definição do que seja a cultura portuguesa contemporânea acabou por

se transformar no maior obstáculo ao conhecimento cultural do Portugal contemporâneo. O caso é bem conhecido: de Garrett ao neo-realismo, ou de Herculano a Eduardo Lourenço, a cultura portuguesa foi fixada como cultura letrada e, nesse sentido, reduzida a uma apertada oligarquia cultural.

Não se trata apenas de um problema quantitativo, embora seja verdade que, por si só, o facto de a história cultural deixar de fora, à partida, a maior parte da população, levanta dificuldades epistemológicas insuperáveis. A maior dessas dificuldades, porém, tem que ver com as relações que, no contexto do analfabetismo endémico da contemporaneidade portuguesa, se estabeleceram entre uma civilização que se quis da escrita e a realidade circundante que não sabia ler. Ou para falar com mais clareza: trata-se da dificuldade de não conseguir pensar a escrita como instrumento de poder na medida em que quem escreve e quem lê coincidem. A oligarquia cultural correspondeu à oligarquia política, o que arrasta atrás de si a própria história política contemporânea: tal como a história cultural, é uma história de Portugal reduzida a uma percentagem residual dos portugueses. Mas que, precisamente nesse sentido, exerce sobre o país quase todo que fica de fora um poder asfixiante.

Assim, a historiografia parece repercutir uma estrutura social de poder sobretudo marcada por uma muito desigual distribuição de bens. Neste caso, de bens culturais. A palavra, por não ser escrita, é retirada aos mesmos que também não tiveram, até muito tarde, direitos políticos, que coincidiram, naturalmente, com a esmagadora maioria dos subordinados a um regime económico onde provavelmente começaram todos estes desequilíbrios da estrutura social. Por aqui se compreende como a questão da leitura, mais especificamente da leitura pública, isto é, das iniciativas políticas estatais no sentido de criar espaços e equipamentos para leitores, tema central de *A Leitura Pública no Portugal Contemporâneo (1926-1987)*, de Daniel Melo, ao abrirem, quase naturalmente, a reflexão sobre os que nela não participam, pode desafiar o olhar sobre o universo cultural tradicional às suas implicações políticas e económicas.

Em primeiro lugar, porque a leitura é correlata da participação política. Neste aspecto, as respostas republicana e salazarista ao pro-

blema do analfabetismo são dois modos antagónicos de lidar com o mesmo problema, mas que têm em comum, precisamente, o facto de o reconhecerem como um problema maior de uma sociedade moderna a caminho da, ainda que lenta, massificação. A chegada ao universo da leitura de percentagens cada vez mais significativas de portugueses foi enquadrada (para não dizer controlada) tanto pelo patriotismo positivista republicano como pelo nacionalismo ruralista e católico do Estado Novo.

Em segundo lugar, porque, logo desde o final da I Guerra Mundial, a emergência das várias indústrias culturais, que constituíram os consumos do gosto e do senso comum do século XX, entraram em competição com as formas da cultura letrada. Ou seja, a evolução da sociedade pôs em campo uma série de fenómenos simultâneos: a urbanização implicou a massificação que foi alargando as expectativas da participação política mas também a entrada para o consumo do mercado capitalista, e tudo isto pressionou e foi pressionado pelo processo de alfabetização, por sua vez concorrente dos novos regimes de imagens e sons com que a rádio e a canção, o cinema e, mais tarde, a televisão foram contribuindo para moldar a *cultura* dos portugueses.

Confuso? Muito confuso. Mas também, convenhamos, muito mais promissor do que as séries de movimentos intelectuais, correntes estéticas, dos seus génios e das suas constantes rupturas, que compõem a cronologia cultural portuguesa do século XX. Confuso, ou antes, problemático, desde logo por uma questão, precisamente, cronológica: ao contrário do que se passa nas culturas centrais de referência à sociedade portuguesa, aqui a alfabetização não estava resolvida quando emergiu a cultura de massas. Enquanto o cinema, a rádio e a televisão se acomodaram ali a sociedades cuja cultura se baseava no livro e na leitura – e que portanto entraram num jogo explicitamente político e de mercado –, já em Portugal, sob a alçada do estado autoritário, as imagens e sons inscreveram-se sem mediação crítica num terreno em boa parte virgem de qualquer contacto com culturas urbanas.

É este o contexto das formas de propaganda salazarista. Formas urbanas, de produção e de consumo urbano, que assim puderam, com muito pouco atrito, fazer-se passar pelo imenso

mundo rural onde vivia ainda a maior parte dos portugueses e cuja vida – os seus hábitos culturais, os seus conflitos políticos e as suas estruturas económicas – foi virtualmente inventada pela oligarquia cidadina. E é por isso também que *A Leitura Pública no Portugal Contemporâneo* não podia deixar de se basear na convergência entre o seu objecto explícito, por um lado, e a questão da alfabetização e da natureza dos regimes políticos, por outro – a que se poderia ter acrescentado com proveito uma maior atenção às dinâmicas da leitura pública em relação com o crescimento das indústrias culturais.

Daniel Melo estabelece o período entre 1930 e 1970, no que diz respeito à alfabetização da sociedade portuguesa, como aquele em que se passou “de uma minoria significativa [38%] para uma maioria consolidada [76%]” (p. 70). Ora é precisamente no interior deste arco cronológico que nasce o cinema sonoro e se institucionalizam e popularizam a rádio e a televisão. Aliás, e ainda segundo o autor, é só a partir da década de 50 que a oferta pública de leitura acompanha decididamente o processo de alfabetização: ou seja, na mesma década em que, com a criação da RTP, se começam a reunir as condições para o domínio audiovisual do espaço público.

Os elementos que o autor nos dá, sobretudo nos capítulos que analisam o perfil dos leitores e

das suas leituras, abrem a porta – se estabelecidas as múltiplas relações a que convidam – a inúmeras reflexões sobre as implicações políticas e culturais da evolução da leitura pública no século XX em Portugal. Um exemplo, talvez o mais significativo: a tendência para uma leitura mais evasiva, sobretudo através dos clássicos românticos do século XIX, nas mulheres, nos jovens e nos estratos sociais mais desfavorecidos, em contraste com a preferência por uma literatura mais crítica e cosmopolita daqueles que, por motivos sociais e etários, se encontravam mais próximos do poder. No contexto português do salazarismo, talvez se possa começar a fazer, a partir deste estudo, uma sociologia do neo-realismo, possivelmente para vir a chegar à conclusão de que o Estado Novo caiu, pelo menos, tanto aos pés da oposição política e cultural como da televisão.

Parece fácil de imaginar como muito do que a cultura portuguesa e os consumos culturais dos portugueses são, hoje, ficará mais perceptível se conseguirmos desenvolver com rigor alguns destes problemas que, a partir de *A Leitura Pública no Portugal Contemporâneo*, parecemos agora em condições de colocar.

Luís Trindade

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas  
Universidade Nova de Lisboa